



Exmo/a Senhor/a
Dulce Lopes, Lda
Rua António de Vasconcelos, nº 53

3030-054 COIMBRA

Outros dados Entidade: 509079199

Referência	Data de emissão	Processo	Serviço emissor
Ofício n.º 4641 / 2023	08/05/2023	2023/300.10.005/368	Contratação Pública

Assunto: Notificação de adjudicação - Aquisição de serviços de assessoria jurídica na área do urbanismo - Município de Sines

Exmos. Srs.

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos (CCP), informa-se V. Exas. que, por despacho do Exmo. Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal de Sines, datado de 05/05/2023, foi adjudicada a V. Exas. a aquisição mencionada em epígrafe, pelo valor de € 48.000,00 (quarenta e oito mil euros) a que acresce o IVA à taxa de 23 % no valor de € 11.040,00 (onze mil e quarenta euros), o que totaliza € 59.040,00 (cinquenta e nove mil e quarenta euros).

Assim, fica o adjudicatário notificado para:

1. Que se pronuncie, ao abrigo do art.º 101º do CCP, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a minuta do contrato aprovada em simultâneo com a decisão de adjudicação e que segue em anexo a esta notificação;
2. Indicar o segundo outorgante do contrato, bem como a qualidade em que outorga, juntando documento que comprove o poder de representação;
3. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentar os documentos de habilitação, conforme o art.º 81º do CCP, nomeadamente:
 - a) Declaração Anexo II, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 81º do CCP, na sua redação atual, cujo modelo se anexa,
 - b) Os documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b),

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.



d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, respetivamente:

- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças
(No uso de competências delegadas e/ou subdelegadas)
